



ESCOLAS RURAIS E PROFISSIONAIS PARA A JUVENTUDE CAMPESINA NA INTERVENTORIA DE RUY CARNEIRO: PARAÍBA (1940-1945)

Luiz Mário Dantas Burity
marioburity@hotmail.com
Antonio Carlos Ferreira Pinheiro
acfp@terra.com.br
(UFPB)

Resumo

Este texto é um subproduto da pesquisa intitulada: “Escolarização para a moral, o civismo e o nacionalismo: os grupos escolares e as escolas rurais, espaços para a difusão dos ideais estadonovistas (1937-1945)”. No intuito de discutimos, mais detidamente, acerca da busca de como foram implementadas as escolas rurais e profissionais no período da interventoria de Ruy Carneiro (1940-1945), realizamos levantamento documental no Arquivo Histórico do Estado da Paraíba da Fundação Espaço Cultural - FUNESC. As fontes utilizadas foram, prioritariamente, as notícias publicadas no Jornal A União. Para realizarmos o intercruzamento da bibliografia consultada com as notícias, bem como da análise realizada, nos apropriamos do referencial teórico propugnado por Gramsci (1995) e Hobsbawm (1998). O primeiro teórico no ajudou a compreendermos a escola como espaço privilegiado para a organização da cultura. O segundo no que concerne às possíveis mudanças e permanências, sentido de observarmos como a política adotada pelo Estado Novo, contribuiu para o processo de disseminação de escolas rurais e profissionais no Brasil e, especialmente, no Estado da Paraíba. A partir da configuração mais ampla acerca da situação da educação primária na Paraíba podemos elaborar algumas problematizações: Como foi pensada a “intensificação do ensino rural” no sentido de promover uma “obra prodigiosa de regeneração e de restauração” do povo brasileiro, especialmente àqueles viventes nas regiões mais pobres do país? Nesse sentido, para alguns intelectuais comprometidos com o novo regime político, “o Nordeste sofrendo estendia o olhar esperançoso para o Estado Novo.” Quais políticas educacionais foram pensadas para a criação e manutenção da escola rural? Que importância sócio-cultural e econômica tiveram essas escolas no meio rural? Buscando responder essas questões, este texto tem como objetivo tecer algumas considerações acerca dos ideais educacionais que permearam o processo de criação e expansão do ensino rural na Paraíba, especialmente, durante a administração de Ruy Carneiro. Para concluir, consideramos que ainda são necessários estudos mais aprofundados acerca da “escola rural” e do “ensino rural” que foi promovido no Brasil e, especialmente, na Paraíba, uma vez que algumas dúvidas ainda permanecem, principalmente, no tocante da existência ou não de uma organização escolar particular, específica e peculiar ao mundo rural, ou simplesmente elas foram alocadas nos espaços rurais. Parece que esses dois movimentos estão interligados, ora apresentando indícios da existência de uma escola com especificidades próprias, inclusive com caráter profissionalizante, ora com características urbanas, ou seja, igual nos seus conteúdo e práticas pedagógicas desenvolvida em qualquer outra escola, tais como os grupos escolares que procederam, não raras vezes, uma formação ampla, moralizante, cívica e patriótica, especialmente durante o Estado Novo.

Palavras-chave: Escola rural. Estado Novo. Paraíba

1. Introdução

Este texto que ora apresentamos é um subproduto da pesquisa intitulada “Escolarização para a moral, o civismo e o nacionalismo: os grupos escolares e as escolas rurais, espaços para a difusão dos ideais estadonovistas (1937-1945)”, parcialmente financiada pelo CNPq.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

No intuito de discutimos, mais detidamente, acerca da busca de como foram implementadas as escolas rurais e profissionais no período da interventoria de Ruy Carneiro (1940-1945), realizamos levantamento documental no Arquivo Histórico do Estado da Paraíba da Fundação Espaço Cultural - FUNESC. As fontes utilizadas foram, prioritariamente, as notícias publicadas no Jornal A União. Para realizarmos o intercruzamento da bibliografia consultada com as notícias, bem como a análise realizada, nos apropriamos do referencial teórico propugnado por Gramsci (1995) e Hobsbawm (1998). O primeiro teórico nos ajudou a compreendermos a escola como espaço privilegiado para a *organização da cultura*. O segundo no que concerne às possíveis *mudanças e permanências*, sentido de observarmos como a política adotada pelo Estado Novo, contribuiu para o processo de disseminação de escolas rurais e profissionais no Brasil e, especialmente, no Estado da Paraíba.

A partir da configuração mais ampla acerca da situação da educação primária na Paraíba podemos elaborar algumas problematizações: Como foi pensada a “intensificação do ensino rural” no sentido de promover uma “obra prodigiosa de regeneração e de restauração” do povo brasileiro, especialmente àqueles viventes nas regiões mais pobres do país? Nesse sentido, para alguns intelectuais comprometidos com o novo regime político, “o Nordeste sofredor estendia o olhar esperançoso para o Estado Novo.” (DANTAS, 1942, p. 224-227). Quais políticas educacionais foram pensadas para a criação e manutenção da escola rural? Que importância sócio-cultural e econômica tiveram essas escolas no meio rural?

Buscando responder essas questões, este texto tem como objetivo tecer algumas considerações acerca dos ideais educacionais que permearam o processo de criação e expansão do ensino rural na Paraíba, especialmente, durante a administração de Ruy Carneiro.

2. O “sentido ruralista” das reformas e das festividades educacionais no Governo Ruy Carneiro

A marcha pelo progresso a que se propôs o governo federal desde a emergência de Getúlio Vargas ao poder se intensificou diante do discurso e ação política durante o Estado Novo. Em meio à proposta de fazer emergir do Brasil monocultor agrícola um país industrializado, o governo Getúlio Vargas priorizou em seu plano de ação reformas que alterassem as bases econômicas e





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

sociais brasileiras, incentivando especialmente a indústria de base. Todavia, para responder á necessidade de possuir uma população favorável ao seu pleno desenvolvimento, era necessária uma profunda modificação na organização escolar brasileira, tanto pelo viés quantitativo, ou seja, a partir da inauguração de novas escolas em todo o território nacional, quanto pelo qualitativo, visto que também ocorreu a preocupação com os conteúdos que até então eram trabalhados em sala de aula além do atendimento às necessidades básicas dos alunos, procurando, nesse sentido, pelo menos minorar os índices de evasão escolar.

Dois interventores federais governaram a Paraíba no período correspondente ao Estado Novo: Argemiro de Figueredo, desde 1934 no poder, e Ruy Carneiro, nomeado pelo presidente da República em meados de 1940 para solucionar embates políticos que ameaçavam a integridade política no Estado, conforme analisou Cittadino (2008, p.123). Vejamos: “Exatamente por estar afastado do estado há mais de dez anos e, portanto, distante das disputas locais, Ruy Carneiro foi o nome escolhido por Vargas.”

Mas a proposta pacifista a que o governo Ruy Carneiro se propunha não se fez do modo como estava presente nos seus discursos, os favoritismos políticos se mantiveram, porém “aleijando grupos oligárquicos até então no poder e reintegrando aqueles que faziam parte da ‘oposição’.” (CITTADINO, 2008, p.130). Oposição esta que, ainda segundo a autora, se deu a partir da destituição de todos os prefeitos, destacando-se o “ ‘sentido ruralista’ de tais nomeações [dos novos prefeitos], haja vista a quantidade de agrônomos empossados como prefeitos das cidades do interior, o que seria uma forma de desenvolver a agricultura nessas áreas.” (CITTADINO, 2008, p.131).

No âmbito da política educacional a que se coloca o Estado Novo, portanto, podemos observar uma preferência do interventor Ruy Carneiro pelo desenvolvimento de suas atividades no interior, favorecendo os grupos que lhe davam respaldo político, seja no sentido de tentar evitar o êxodo rural, que roubava a mão de obra dos grandes produtores agrícolas do Estado, seja oferecendo-lhes uma mão de obra mais especializada, visando o aumento de sua produtividade.

Mas as intenções políticas de Ruy Carneiro não se deram unicamente no sentido de favorecer o seu grupo de apoio político, outras razões que envolveram a política interna, como foi o caso da opinião pública não somente em relação à imagem do seu governo, mas do Estado Novo





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

enquanto um todo. Nesse sentido, a escola se tornou um ambiente de fundamental importância para esse processo, visto que é através dela o Estado passaria a dispor de mão de obra especializada para as mais diversas atividades, fossem elas para a indústria, para a agricultura, para formar futuros profissões liberais ou para trabalhar no poder público. Acompanhemos:

O trabalho intelectual e físico se completam no fenômeno da produção, sendo aquele por causas diversas se tornou muito melhor retribuição pelo seu trabalho muito melhor remunerado. (...) A situação econômica do Brasil apresenta um contraste profundo entre o quadro de prosperidade das grandes cidades e paisagem quase primitiva das zonas rurais, que como disse Torres Filho, de tudo está a carecer, desde a saúde física do trabalhador até a transformação dos métodos de trabalho, visando a ampla difusão do ensino rural. (A UNIÃO, 1941, p. 3).

Se observarmos as notícias que permearam a transição dos governos de Argemiro de Figueredo para o de Ruy Carneiro perceberemos uma mudança de foco que se voltava para o desenvolvimento da educação primária, com destaque para as inaugurações de novos grupos escolares, no final do mandato do primeiro, para as fervorosas discussões e inaugurações de escolas profissionais e/ou rurais logo no início do governo de Ruy Carneiro. Nesse sentido, a partir de Abril de 1941, articulada às comemorações do Dia da Juventude, começaram a aparecer de forma mais sistemática, na imprensa local, um discurso sobre a importância do ensino rural, destacando-se, inclusive, a promessa de criação de 40 escolas rudimentares noturnas e escolas rurais em todo o estado, conforme melhor detalharemos mais adiante.

Assim, na perspectiva acima mencionada foram inauguradas A Escola Profissional Rural na Fazenda Simões Lopes, a Escola Rural nº 1 na Torrelândia, a Escola Rural Agrícola em Conceição, o Instituto Rural de Saúde, Educação e Assistência em Laranjeiras e por fim a Escola Rural José Augusto Trindade na Colônia Agrícola de Camaratuba.

É possível notar, portanto, que em meio ao empenho desencadeado pela administração estadual de instruir os segmentos sociais vinculados ao mundo rural havia intenções não somente humanitárias, mas, também de proporcionar melhoramentos econômicos em favor das lideranças políticas locais e dos agricultores/produtores no seu sentido mais abrangente. Assim, os ideais relacionados com a educação da juventude rural esteve envolto de festividades, como por exemplo, a comemoração do Dia da Juventude.





2.1 O Dia da Juventude e o discurso sobre a expansão da instrução moral e cívica para a juventude rural

O Dia da Juventude, em 1941, foi uma data que assumiu um caráter bastante significativo para o Governo Ruy Carneiro, uma vez que a mesma foi escolhida para dar início à propagação nacional dos seus feitos políticos em prol do Estado Novo na Paraíba.

No dia 21 de fevereiro eu [Ruy Carneiro], para dar o exemplo, baixei um decreto mandando que o dia 19 de abril fosse considerado como o dia da juventude paraibana. Dias depois, recebia a resposta de quasi todos os interventores aderindo á homenagem. (A UNIÃO, 04 de abr. 1941, p.1).

Em estudo realizado por Silva (2011), este aspecto já havia sido ressaltado no que concerne à transferência dessa data comemorativa para o dia do aniversário de Getúlio Vargas. “Interessante notar que, no ano de 1941, as festividades elevando a imagem da juventude brasileira, ganharam muito destaque no jornal *A União*.” (SILVA, 2011, p.120). Tal procedimento, portanto, veio ampliar a dimensão sócio-cultural dessa festividade que nos parece recebeu muitos incentivos para a sua realização uma vez que ela foi vislumbrada como uma possibilidade concertar alguns “defeitos” da organização social e educacional brasileira e, especialmente, paraibana.

Tanto quanto permitam os recursos e as possibilidades da Paraíba, daremos á cruzada da Juventude todo o amparo e assistência. Porque seria mais do que um crime, seria um suicídio abandonar as crianças e os jovens á indiferença e á rotina de uma defeituosa organização social e educacional. (A UNIÃO, 20 abr. 1941, p.4)

Todavia, tal iniciativa por parte do interventor não se qualifica, apenas, enquanto uma homenagem ao Presidente Getúlio Vargas, mas demonstra o quão consciente esteve Ruy Carneiro em difundir a sua “missão”, ao se auto-intitular o *Patrono da Juventude*, conforme verificamos na manchete de capa publicada em 19 de Abril, no Jornal *A União*. Vale ressaltar que a repercussão de tal atrelamento repercutiu enormemente no âmbito da opinião pública paraibana, especialmente entre o professorado e os estudantes.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Por esse motivo consideramos importante destacar que essa data serviu, também, de pretexto para iniciar as reformas no âmbito da educação, principalmente, aquelas voltadas para o meio rural.

Em homenagem á data de hoje, o interventor Ruy Carneiro, em ato de ontem, decreto a criação de 40 escolas rurais e rudimentares noturnas, distribuindo-as por vários municípios e de acôrdo com as necessidades da respectiva população escolar, com essa medida, o chefe do govêrno demonstrou, mais uma vez, o seu esclarecido propósito de impulsionar a causa do ensino na Paraíba, dando, assim, um testemunho expressivo de sua dedicação aos interesses da juventude conterrânea. (A UNIÃO, 19 abr. 1941, p.8).

O Dia da Juventude, portanto, foi inventado, tanto para o próprio enaltecimento da administração de Ruy Carneiro, quanto do Estado Novo, a partir do seu maior representante político – Getúlio Vargas.

Faz muito pouco tempo, que a Paraíba, tão bem representada pela voz do seu interventor, lançou o brado de criação do dia da mocidade, cujo éco se faz ouvir em todos os recantos do Brasil. O Presidente Vargas, amigo do nosso Estado não quis que o grito na Paraíba fosse esquecido, e a sua lembrança tornou-se então uma realidade. Quero, pois, nêste dia dedicado á Juventude, dizer alguma coisa sôbre o Brasil de hoje e sôbre o Brasil de amanhã representado tão somente pela sua mocidade estudiosa. (A UNIÃO, 23 abr. 1941, p.1).

O discurso do Sr. Olvidio Duarte¹, parcialmente, acima transcrito nos dá significativos indícios da pretensão dos administradores públicos em incutir nos jovens através dessa festividade o interesse pela instrução escolar, principalmente no que concerne aos aspectos relacionados com a moral e com o civismo. Afinal se Gramsci (1995, p. 131) afirma que “a consciência da criança é ‘individual’ (e muito menos individualizado), é reflexo da fração da sociedade civil da qual participa, das relações sociais tal como elas se concentram na família, na vizinhança, na aldeia etc.”, assim sendo, o Estado Novo se propôs a cercá-la de instrução e de educação moral e civismo por todos os ambientes socioculturais. Assim sendo, “educar em todos os sentidos; no lar, nas escolas, nos colégios e nas academias, através de uma orientação honesta e de uma propaganda criteriosa, e inteligente – é a melhor justificativa do atual regime politico do País.” (A UNIÃO, 17 abr. 1941, p.3)

¹ Trata-se de discurso proferido no Instituto Comercial João Pessoa e publicado no Jornal A União em 1941.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

O Dr. Ruy Castor, Diretor da Penitenciária da capital paraibana, em discurso proferido na Escola de Aprendizes Artífices, destacou, também, que o país necessitava, mais que nunca, de técnicos. “Estes serão os verdadeiros obreiros incansáveis, que haverão de construir com mãos robustas e [adestradas], o soberbo edifício da nacionalidade” (A UNIÃO, 23 abr. 1941, p. 1).

Algumas entidades de caráter civil, também, aderiram aos ideais estadonovistas, como foi o caso do Sindicato dos Condutores Rodoviários de João Pessoa, representado pelo Sr. João Lelis que proferiu discurso seguindo a mesma toada: “Dentro do próprio ritmo de vida social e administrativa entre nós [sociedade e Estado], numa repercussão constante de energias e reservas antes mal dissipadas e mal encaminhadas.” (A UNIÃO, 20 abr. 1941, p.4).

A Cruzada Nacional da Educação também se empenhou em criar pelo menos uma nova escola em cada município da federação, objetivando ampliar a população escolar, especialmente, destinada à juventude rural.

Segundo Pereira (2010, p.26) havia,

[...] em meio a diversas lutas, uma grande preocupação de expandir os grupos escolares e implementar ações educativas destinadas ao homem rural, incentivando a criação de escolas profissionalizantes que, ao mesmo tempo, deveriam contribuir com a superação do analfabetismo, imbuindo assim do espírito modernizador e nacionalista.

Nessa perspectiva caberia a escola preparar os indivíduos desde as primeiras letras para o modelo de homem que o Estado esperava contar. Na verdade a concepção de educação que permeou o Estado Novo era a de que “antes mesmo de nascer, começa o homem a se educar.” (A UNIÃO, 9 abr. 1941, p.3).

Dessa forma é importante, também, ressaltarmos que as comemorações cívicas, tal como a do Dia da Juventude, objetivavam promover uma educação que ultrapassasse os muros escolares, ou seja, através das festividades vislumbravam-se o enaltecimento dos ideais pátrios.

As solenidades desta semana, não constituem méro passatempo. Elas devem ser tomadas como estímulo e exortação. Estes dias são vossos. Não sois espectadores, mas atores em séna, em treinamento para o grande palco. Se falhais a decepção não é somente vossa, é de todos nós e da própria Nação de que vos cometemos a guarda. (A UNIÃO, 16 abr. 1941, p.2).





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Como afirma Silva (2011, p.15), as festas são momentos “carregados de simbolismos, que visavam difundir valores e condutas que, de certa forma, reforçam ideários nacionalistas”. E, também, no caso do Dia da Juventude esses simbolismos se fundamentavam, principalmente, no ideal de progresso, de ordem e de civilidade.



Imagem 1: Aspectos das festividades do Dia da Juventude no limiar da Rua Duque de Caxias, em frente do prédio à direita, do Jornal A União.

Fonte: Jornal A União, 20 abr. 1941, p.8

Além disso, Ruy Carneiro associou esse momento pejado de simbolismo à inauguração de novas escolas, especialmente, àquelas destinadas para a juventude rural. Essas escolas rurais sofreriam desdobramentos para o ensino profissionalizante. Nesse sentido, “é clarividente a realização do Estado Novo instituindo a “Juventude Brasileira”, no objetivo de traçar à jovem geração o sentido exáto dos seus devêres cívicos.” (A UNIÃO, 9 abr. 1941, p.1). E, ainda:

Moral é, pois, o problema fundamental de um País – porisso que o poder inconsciente da matéria e inútil ou nocivo, como o dos adoradores, toda vez que lhe falta um clima mental, que o canalize para os altos fins humanos, a que o destinam as coletividades civilizadas e trabalhadas pelas forças do espírito – que são as únicas intangíveis e eternas. (A UNIÃO, 17 abr. 1941, p.3)

2214





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Dessa forma o Estado Novo elegeu a educação moral como um de seus pilares, vista a necessidade de manter entre os jovens um amor a pátria que não só auxiliasse o seu progresso, mas, sobretudo, preparando o educando

Para o futuro, para uma organização política nova, composta de homens fisicamente fortes e intelectualmente desenvolvidos. A educação moderna chega ao ponto de selecionar os tipos humanos, dirigindo-os apropriadamente ao setor social de atividade que as suas próprias inclinações apontam. (A UNIÃO, 9 de abr. 1941, p.3)

A ampliação do processo de escolarização foi ressaltada como uma necessidade sócio-econômica, uma vez que seria a escola a instituição social que melhor prepararia a juventude para torná-los homens mais capacitados para acompanhar o futuro promissor da nação brasileira que marchava

[...] para uma época em que a competência será o tesouro mais precioso de cada um, e onde aquele que não possuir conhecimentos concretos, robustos, especializados, será arrastado pelo turbilhão do infortúnio e atirar-se-á de mãos atadas, às garras inexoráveis das mais tremendas dificuldades.

[...] Todo o nosso esforço será dirigido afim de educar a mocidade.” (A UNIÃO, 23 abr. 1941, p. 1 e 8).

A exemplo disso, durante as festividades do Dia da Juventude, algumas escolas noturnas foram inauguradas, tais quais: uma no Grupo Escolar Dr. José Maria, em Pilar, uma na Escola “19 de Abril” na propriedade de Caxitá, sob iniciativa do proprietário da fazenda, além das que passaram a funcionar na Escola Profissional “Presidente Getúlio Vargas”, nas escolas do “Dr. Irineu Jofili”, do “Professor Batista Leite” e do “Mestre Herminio”, todas em Campina Grande, e as três últimas sob iniciativa da Sociedade Beneficente dos Artistas.

Foram, também, inauguradas maternidades, bibliotecas e praças etc. Para os editores do Jornal a União

A nova Carta Magna do Brasil está cheia de leis de amparo á infância e á juventude. A educação física caminha e se desenvolve paralelamente á cultura intelectual, casas de educação se abrem por todos os quadrantes nacionais; métodos e processos novos de ensino racionalizam a cultura da infância e da juventude, edificam-se cidades universitárias, maternidades modernas, fundam-se abrigos para menores, legisla-se sobre a delinquência da infância, aparece a “cidade das meninas” e um sem numero de reivindicações e conquistas afirma os rumos que o Estado atual imprime á cultura da infância e da juventude. O autor

2215





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

do Estado Novo, de todas estas conquistas de ordem social e política é o Presidente Vargas e é justo que o dia do seu aniversário seja o dia consagrado aos futuros homens do Brasil. (A UNIÃO, 9 abr. 1941, p. 3).

“Mais escolas, menos analfabetos! Eis a palavra do presidente Getúlio Vargas, o legítimo e inconfundível patriota da Nação brasileira.” (A UNIÃO, 20 abr. 1941, p.1).

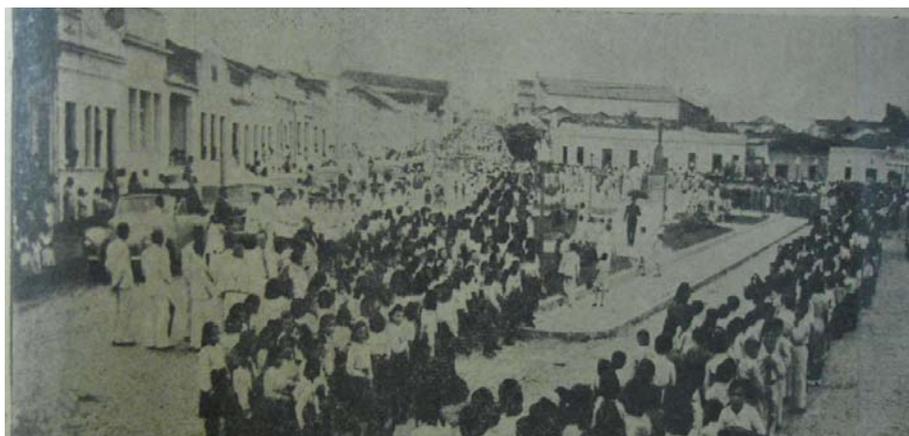


Imagem 2: Aspectos das festividades do Dia da Juventude, em Campina Grande.

Fonte: Jornal A União, 26 abr. 1941, p.1

3. Os problemas políticos, econômicos e sociais para a efetivação do ensino rural

A Escola Rural foi um plano de ação que se propôs a dar uma nova roupagem ao ensino no meio rural, procurando amenizar as condições sócio-econômicas da vida nesse espaço, conforme avaliou Sizenando Costa, em reportagem publicada no Jornal A União, em 3 agosto de 1941.

Vejamos:

Há famílias numerosas do interior que vivem felizes lavrando a terra. E, quando um de seus membros desgarrar e vai para a cidade no cumprimento de um dever qualquer ou por simples diletantismo, ao voltar á casa paterna, com algumas letras e ademanos do homem da praça, já não é o mesmo, valente nas “derrubadas” e nas correias das “apartações”. Já não lhe agradam o cheiro das searas e a toada da viola no terreiro enluarado. A escola que o alfabetizou fê-lo odiar a sua gleba e monoscarbar a simplicidade dos seus. E’ um outro o que voltou e muito diferente do que saiu. Isso acontece no sertão e na praia, com particularidades inerentes a cada região... (COSTA, 1941, 3 ago. p. 2).





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Esse comentário aponta para a questão de que o ensino primário tal como estava organizado atendia, prioritariamente, os cidadãos, pouco respondendo às necessidades daqueles que viviam no campo, ou seja, era uma educação distante da cultura rural.

Na mesma reportagem acima mencionada, o referido intelectual ressaltou que a solução para superar a distância entre a realidade do ensino primário e a vida do trabalhador do campo, seria a criação de escolas rurais:

O homem deveria formar na escola a sua mentalidade num sentido útil a si próprio ao Estado. A escola, porém, não estando aparelhada para realizar este alto objetivo, deve ser reformada. Essa reforma não engendra inovações: pelo contrário, ela integra a escola no seu meio. A escola de pesca educa o pescador no centro de suas atividades para que ele possa exercer a sua profissão com vantagem, além disso, vivendo contente com a sua própria condição.

(...) A escola rural depende muito da entrosagem de tres elementos essenciais que se completam: constituídos do médico, do professor e do agrônomo. Esse triangulo salvador poderá reconstituir com muita eficiencia o Brasil rural. (COSTA, 1941, p. 2).

Em estudo realizado por Pinheiro (2006, p. 135) encontramos um histórico dos discursos que apontam a Escola Rural enquanto um interessante plano de governo para a melhoria da vida no campo: “Por se tratar de um estado assentado na economia agropastoril, na Paraíba, o projeto das escolas rurais (ou do ensino rural) já fora defendido pela intelectualidade local desde o final do século XIX.” Mas, segundo o mesmo autor nesses discursos encontra-se, também, que “o objetivo era vencer o analfabetismo e consolidar uma noção de nacionalidade.”

Desde então não só os objetivos para com o ensino rural foram defendidos, mas, sobretudo, a forma como o mesmo deveria estar estruturado.

Nos espaços urbanos paraibanos, a partir do final dos anos 1920, o crescimento populacional desordenado levou o Estado a tomar medidas no campo educacional, visando “limpar” a cidade de “menores abandonados e delinqüentes”, que foram recolhidos ao Centro Agrícola de Pindobal, localizado no Município de Mamanguape. Em meados dos anos de 1930, o Governo Argemiro de Figueredo destacou a necessidade de fixar crianças no campo por meio da escola, com o objetivo de minimizar o número de “desocupados” nas ruas dos centros urbanos. (PINHEIRO, 2006, p. 137, aspas do autor).

Todavia, Argemiro de Figueredo, não somente se preocupou com fixação do homem no campo, mas reconhecia que o Brasil ainda continuava um país agrícola e, como tal, exigia uma educação voltada para atender essas demandas:

2217





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Assim sendo, em 1935, o próprio Argemiro informava: “foi instalado junto ao grupo Isabel Maria das Neves, desta capital, o Centro de Actividades Rurales, e dentro em pouco, em Barreiras, município de Santa Rita, irá funcionar a primeira escola rural da Parahyba.” (MENSAGEM de 1935, p. 13 *apud* PINHEIRO, 2006, p. 137).

As discussões em torno das escolas rurais, no entanto, adentraram os anos 1940, com novos elementos tais como em relação aos seus objetivos bem como de sua estrutura de ensino e teve como principal articulador na Paraíba, o professor Sizenando Costa, conforme sintetizou Pinheiro (2006), em seu estudo.

É interessante ressaltarmos que a partir do ano de 1941, passaram a ser mais frequentes os artigos publicados no *Jornal A União* tratando desse modelo de escola e das dificuldades de sua implementação. Nesse mesmo ano foi publicado por Sizenando Costa, um livro intitulado: *A Escola Rural*. Segundo a professora América Monteiro de Araújo, diretora da Escola Rural nº1 no bairro da Torrelândia na Capital:

Quando a escola rural fôr um fato, entre nós, o livro de Sizenando Costa, passará a ser cartilha ou mesmo catecismo em mãos de alunos e mestres. Mas que alegria se sente ao lêr com atenção o plano para a construção de uma casa de campo, onde até os moveis são feitos de pedra! Que o homem nunca deseje sair da terra em que nasceu, que o lugar que o destino lhe deu como berço, seja realmente a sua morada ideal, pelas condições da habilitação que ofereça. Pela comodidade e conforto, pela civilização e aperfeiçoamento enfim! E’ preciso criar, e, como na atualidade já se admite imperfeição, criar e elevar uma mentalidade rural. (A UNIÃO, 7 set. 1941, p.1- Suplemento Agrícola).

A professora América salientou que a escola para o homem rural deveria ter como objetivo “o trabalho racional e produtivo”. Lembrou, ainda, o artigo *O Ensino Primário* de Pimentel Filho, quando o mesmo narrou acerca de um encontro que teve com Lourenço Filho, diretor de Ensino em São Paulo, que afirmou: “Alfabetizar apenas, alfabetizar sem cogitar de ensino profissional é, quasi sempre, despovoar os campos e encher as cidades de parasitas.” (A UNIÃO, 19 jul. 1941, p.3).

Costa (1941) *apud* Pinheiro (2006, p. 138) apresenta-nos que o ensino agrícola era, prioritariamente, dirigido aos: “delinquentes, os retardados, os viciosos, os vagabundos, a quem o govêrno escolhe para atirar nas colônias e ensinar os processos modernos de cultura” e acrescenta enquanto necessidade econômica nacional que se “torne a profissão mais nobre, a fim





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

de integrar o homem do Brasil na sua verdadeira finalidade” que era essencialmente agrícola, conforme já discutido anteriormente.

É possível percebermos a partir dos discursos sobre as escolas rurais, que para além de se constituir um tipo de escola que se destinaria a minimizar os problemas sociais, ela também passou a ser considerada como fator de desenvolvimento econômico. Daí a ênfase dada, inclusive, na necessidade delas profissionalizarem o homem do campo.

Outro aspecto levantado pela professora Maria da Glória César de Queiroz, em artigo publicado no *Jornal A União*, destaca que uma grande problemática para a efetivação do ensino rural era a inferioridade das “condições culturais, intelectuais e morais” dos sertanejos em relação aos citadinos, e para tanto se fazia urgente e necessária uma formação moral e para tanto os professores deveriam por sua vez serem

[...] dignos de sua missão porque, é um dos mais belos apostolados. E o mestre, que educa, instrue, aperfeiçoa espíritos e forma corações com amor, desinteresse, abnegação e virtude. Podemos ainda dizer que o mestre, na escola, exerce as funções de apóstolo ao ensinar a religião, de médico quando previne as doenças ensinando a higiene. É ele sem dúvida o mais sábio da comunidade rural. Mas, com tudo isto deve o professor demonstrar saber pouco, procurar o meio rural, tornar-se um verdadeiro amigo da nossa gente do campo. (A UNIÃO, 12 nov. 1941, p.5).

E continuou: “A escola rural socializada não poderá desempenhar suas funções sem instalações próprias, material adequado, professores especializados e permanentes ou ao menos duráveis.” (A UNIÃO, 12 nov. 1941-, p.5).

A escola rural tem por missão formar hábito de observação da natureza e estabelecer uma corrente de simpatia entre crianças de um lado e a terra e os animais de outro e um sentimento de atração que as vincule a vida do campo e as suas atividades. A sua atividade será quasi nula, si não tomar a si a tarefa de se tornar o centro da vida da comunidade rural, preenchendo assim, cada vez mais, os vínculos que devem ligar a escola e a família, a escola e a população dos campos. (A UNIÃO, 12 nov. 1941, p.5).

O professor Mario Gomes, outro conhecido intelectual paraibano, apontou duas opiniões opostas quanto a essa problemática, no seu primeiro artigo *Descentralização do Professorado*, ele responsabilizava os professores pela não efetivação da escola rural, visto que havia uma

[...] mania de todos os recém-diplomados se localizarem nas capitais” e de não “se dedicar exclusivamente á sociedade no que diz respeito ao aperfeiçoamento e





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

progresso”, causando assim um “desequilíbrio nas forças educativas do Estado. (A UNIÃO, 13 maio 1941, p.3).

Entretanto, em um segundo artigo intitulado *Rendimento Escolar*, publicado cinco dias após o primeiro, o autor parece mudar completamente de ponto de vista apontando que “as causas as vezes alheias á vontade do professor, influem para [que] a escola não dê o resultado desejado” (A UNIÃO, 17 maio 1941, p.3), enumerando as seguintes causas:

- a) pobreza extrema da população escolar;
- b) pouco interesse dos pais na educação dos seus filhos;
- c) ocupações rurais da infância escolar no tempo da plantação e colheita;
- d) má distribuição das escolas pelas zonas mais populosas, do interior; e)
- e) influencia politica na orientação de ensino. (A UNIÃO, 17 maio 1941, p.3).

Quanto ao desinteresse dos pais ele justifica que “dotado de miseraveis recursos de vida o trabalhador rural não tem tempo nem para sonhar dormindo, que, se educando e educando os seus filhos poderá em um futuro próximo se libertar de tão precárias condições sociais.” (A UNIÃO, 17 maio 1941, p.3).

Entendemos, pois, que Mario Gomes, indiretamente, também, teceu duras críticas as práticas patrimonialistas, ao coronelismo e ao regime de parentelas, que ressurgiu na Paraíba com todo o seu vigor, a partir da nomeação de Argemiro de Figueiredo, conforme atesta a historiografia produzida sobre o período. Essa cultura política, em voga, indiscutivelmente muito influenciava as contratações e as distribuições de professores nas cidades e localidades em todo o Brasil e, especialmente na Paraíba. Assim sendo, segundo ele:

Outro e um dos mais sérios entraves do bom rendimento da escola é o deslocamento constante de professores de um estabelecimento para outro sem um motivo justificado. Nêste a politica inflúe bastante. Muitas vezes está uma seria zona servida de professor impatiza com a cara do tal, ou seja, suas queixas politicas, deseja colocar um parente ou afilhado e sutilmente começa a criar obstáculos ao professor. (A UNIÃO, 17 maio 1941, p.3).

Esse aspecto, podemos, inclusive, constatar a partir dos numerosos e constantes decretos de transferência de professores. Portanto, foi nessa conjuntura política e sócio-econômica que foram criadas as escolas rurais, as quais nos deteremos no próximo item.





3.1 As 40 Escolas Rurais e Rudimentares Noturnas prometidas á juventude rural durante as festividades do dia 19 de Abril (Dia da Juventude)

Conforme já mencionamos anteriormente, em meio às comemorações do Dia da Juventude, o interventor Ruy Carneiro decretou a criação de 40 escolas rurais e rudimentares noturnas e inaugurou algumas outras.

A preocupação com a criação de escolas rurais e noturnas, entretanto, também se verifica entre os administradores municipais, como foi o caso da cidade de Pilar:

Mas êste direito não tiveram até hoje, os pobres jovens que aqui mourejam, e que necessitam auxiliar seus pais, falhos de recursos, com o trabalho resultante do esforço de seus músculos, tenros ainda, mas que já possuem energia precisa, para cavar o sólo, semeá-lo, limpá-lo e colher os frutos, que não poderão ser amargos, porque foram regados com o suor do seu rosto; não poderão envergonhar porque foram adquiridos honestamente; não poderão apodrecer, porque a decomposição só se opéra onde falta a vitalidade das células neles existe a mesma pujança de seiva, dos braços operários que os produziram. (A UNIÃO, 23 abr. 1941, p.4)

Temos, ainda, a declaração do prefeito de Cajazeiras, o coronel Juvencio Carneiro, que propagandeava o seu empenho na “dissiminação de Escolas Rurais” (A UNIÃO, 2 mar. 1941, p. 6).²

A seguir apresentaremos algumas instituições e órgãos criados, no período aqui em estudo, iniciando pelo Instituto Rural de Saúde, Educação e Assistência criado na cidade de Laranjeiras (PB) por iniciativa municipal, usando recursos próprios e do cooperativismo. Tinha como finalidade promover melhorias de vida para a população rural.

Como vê, os fins do nosso Instituto estão na moldura social do Estado Novo. O Presidente Getúlio Vargas, dentro de seu programa de Govêrno tem incluído a educação e os cuidados com a saúde do povo, como um dos seus principais pontos. (A UNIÃO, 8 jul. 1941, p.6).

O programa de assistência a saúde e a educação incorporou, ainda, seguindo os preceitos indicados por Sizenando Costa, a fundação na cidade de Laranjeiras de “um curso de Preparação de Professores Rurais, destinado a habilitar moças de modesta condição para o apostolado do

² Encontramos, também, nos jornais por nós consultados uma quantidade razoável de decretos aposentando professoras que exerciam as suas funções em escolas rurais.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

ensino nos engenhos e pequenas fazendas, trabalho que será retribuído pelo Instituto, de acordo com as suas possibilidades.” (A UNIÃO, 8 jul. 1941, p.6)

Do ponto de vista financeiro a referida prefeitura previu que com a contribuição de

[...] cada morador com 400 réis mensais, conseguimos arrecadação suficiente para custear todos os serviços do Instituto para o pagamento de médico e dentista e auxiliar, mesmo excluindo a contribuição que ao se acham em condições de arcar com esse ônus. O proprietário, considerado sócio instituidor entrará com uma joia de 10\$000, ficando daí por diante isente de qualquer contribuição. (A UNIÃO, 8 jul. 1941, p.6).

É necessário, também, ressaltarmos que o cooperativismo escolar foi muito estimulado durante toda a era Vargas, inicialmente nos grupos escolares, localizados nas principais cidades paraibanas e alguns anos depois nas instituições localizadas no meio rural. Em estudo realizado por Araújo (2011, p. 43), destaca que

Em 1940, o diretor do Departamento de Assistência ao Cooperativismo José Faustino Cavalcanti, juntamente com dois inspetores do mesmo departamento - José Borges de Castro e Orlando de Almeida – fizeram uma excursão ao interior da Paraíba passando por lugares como Campina Grande, Santa Luzia, Pombal, Catolé do Rocha, Brejo do Cruz, S. João do Cariri e Cabaceiras no intuito de disseminar o movimento por todo o território do estado.

A Escola Profissional Rural da Fazenda Simões Lopes, também conhecida como Granja Modelo recebeu do governo federal o terreno para sua edificação que passou a ser administrada pelo poder estadual paraibano. Todavia, a sua criação foi, inicialmente, barrada pelo Ministério da Agricultura quando da apresentação de seu projeto pelo interventor Ruy Carneiro: “Alegaram, então, a impossibilidade da fundação de um estabelecimento naquêles moldes, em vista da existência na Paraíba, do Patronato “Vidal de Negreiros”, localizado no município de Bananeiras.” (A UNIÃO, 5 jul. 1941, p.1)

Mas, por interferência do Presidente Getúlio Vargas, a quem logo se dirigiu o Interventor Ruy Carneiro foi “transferida gratuitamente ao Estado da Paraíba uma área de seiscentos e trinta e um mil seiscentos e setenta e oito metros e vinte e seis decímetros quadrados (631.678,26m²) do imóvel da União, denominado “Fazenda Simões Lopes”.” (A UNIÃO, 28 out. 1941, p. 8).

E evidenciando suas intenções para com a fundação de tal instituição:





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

O interventor Ruy Carneiro, na sua nobre preocupação de preparar a juventude paraibana para se tornar elemento útil á coletividade, deseja ampliar as referidas instalações e organizar na Fazenda uma escola de professores que depois se tornarão os mestres dos meninos, não só das primeiras letras, mas também dos conhecimentos de produção da terra, ensinando a valorização dos frutos do trabalho agrícola. Nessa escola, ás lições não se limitarão apenas á prática de cultura de hortaliças e frutas. Esse ensino será completado com a pecuária, não se restringirá aos conhecimentos da criação de gado e de ordenha, mas compreenderá os meios de utilizar o leite na preparação do queijo e da manteiga. (A UNIÃO, 5 jul. de 1941).

Anteriormente à inauguração da Escola Profissional Rural na Fazenda Simões Lopes, há indícios da existência de uma outra Granja Modelo no Estado, localizada na propriedade de São Rafael. Entretanto, não encontramos até o momento maiores informações sobre a sua história, apenas sabemos que a mesma foi visitada por alunos do Grupo Escolar Isabel Maria das Neves, não sendo possível afirmar mais do que a intenção desta instituição de ensino em inculcir “nas crianças o gôsto pelo campo e pelas questões rurais” (A UNIÃO, 25 abr. 1941, p.3).



Imagem 3: Aspectos da inauguração da Fazenda-Escola, notando-se uma vista geral do estabelecimento e do Interventor.

Fonte: Jornal A União, 26 abr. 1941, p.1

Quanto a Escola Rural nº 1, que funcionou no Bairro da Torrelândia, na capital paraibana, tinha como diretora, a professora América Monteiro de Araújo, que escreveu alguns textos sobre a escola e o ensino rural, bem como sobre o cooperativismo escolar. Colega e seguidora das ideias do professor Sizenando Costa, a referida escola era mantida pela Ação Católica e tinha como

2223





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

“propósito elevar o grau de conhecimento ruralista entre os escolares.” (A UNIÃO, 18 set. 1941, p.3). Segundo o mesmo periódico:

A escola tem, atualmente, uma matrícula de 93 alunos e frequência das profas. Rosa Lianza e Maria da Conceição Serrano.

Em edifício cedido pela arquidiocese, espaçoso e quasi concluído, dispõe de terrenos anexos para culturas, onde se acham uma horta e jardim, entregues aos cuidados dos alunos. (A UNIÃO, 18 set. 1941, p.3)

Em relação Escola Rural Agrícola de Conceição, temos a informação que no dia (20 de setembro) de sua inauguração foi realizada “a primeira aula-prática, com a frequência de 32 alunos” (A UNIÃO, 21 set. 1941, p.6).

Consideramos importante ressaltarmos que ambas as escolas (a de Torrelândia e a de Conceição)³ funcionaram nos perímetros urbanos, ou seja, distantes dos centros das cidades, nas zonas de contato entre os meios urbanos e rurais.

Quanto a Escola Rural na Colônia Agrícola de Camaratuba, recebeu o nome de José Augusto Trindade, em homenagem a um técnico dos Serviços Complementares de Obras Contra as Secas e foi inaugurada, em 16 de Agosto de 1943, durante os festejos o terceiro aniversário do governo de Ruy Carneiro, que foi amplamente divulgado na imprensa local. Acompanhemos um trecho de uma das reportagens:

A Escola Rural “José Augusto Trindade”, da Colônia Agrícola de Camaratuba, é também um marco da administração Ruy Carneiro, que se inaugura hoje, pois está enquadrada no plano de ensino especializado aos filhos dos colonos, que ali terão dos colonos, que ali terão uma formação completa, em benefício da agricultura paraibana. (A UNIÃO, 16 ago. 1943, p.3)

A implantação da Escola Rural de Camaratuba fez parte de um projeto mais amplo destinado a melhorias vida dos colonos e incluiu

os serviços de desobstrução e extermínio dos focos de maleita, pois a várzea de Camaratuba era conhecida como zona terrivelmente paludosa, está sendo atacada a construção das casas para os colonos que compreendem um total de 150 residências higiênicas, todas de alvenaria,

³ Conceição é um município paraibano localizado no alto sertão e essa sua escola foi alocada “aproveitado o antigo campo de Demonstração do Estado.” (A UNIÃO, 21 set. 1941, p.6).





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

com piso de cimento, cozinha e fossa sanitária. (A UNIÃO, 11 ago. 1943, p.3).

Essa Escola Rural, portanto, foi projetada para atender as demandas específicas da Colônia Agrícola de Camaratuba que teve como objetivo promover “ ao lado da alfabetização dos filhos dos trabalhadores, a sua educação sob os princípios de ruralismo, formando assim um agricultor completo com conhecimentos práticos e generalizados das lides do campo. (A UNIÃO, 11 ago. 1943, p.4).

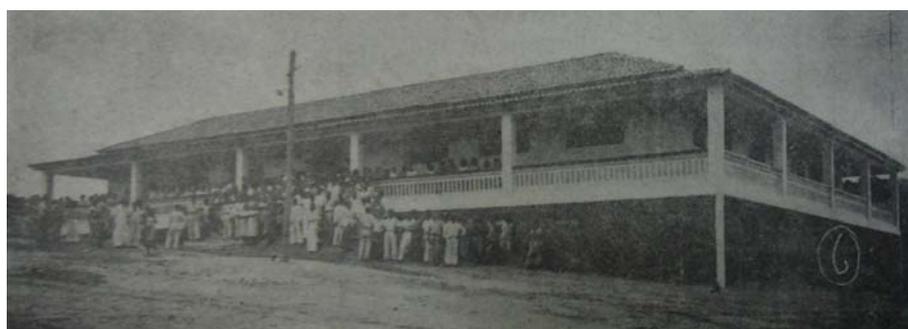


Imagem 4: Escola Rural José Augusto Trindade, da Colônia Agrícola de Camaratuba. Essa imagem, entretanto, encontra-se no jornal com a denominação “grupo escolar”. Consideramos aqui que se trata de um erro produzido pelo redator da reportagem, uma vez que em todas as outras notícias ela é identificada como escola rural.

Fonte: Jornal A União, 18 ago. 1943, p.8

Podemos, concluir, mesmo que provisoriamente, uma vez que a pesquisa se encontra em andamento, que o ensino rural na Paraíba começou a tomar maior impulso a partir do governo de Ruy Carneiro, mesmo considerando que ela tenha se iniciado em meados dos anos de 1930, conforme indica Pinheiro (2006).

Esse processo de prolongou, ainda por alguns anos, uma vez que “em 1948, o Estado dispunha de 28 escolas rurais, havendo ainda 100 dessas unidades em construção”. Em 1952, já existiam em funcionamento aproximadamente “277 dessas escolas, mantidas pelo INEP – número bem expressivo se comparado, por exemplo, ao total de 94 grupos escolares então existentes.” (PINHEIRO, 2006, p. 153).

Visto isso, consideramos que ainda são necessários estudos mais aprofundados acerca da “escola rural” e do “ensino rural” que foi promovido no Brasil e, especialmente, na Paraíba, uma vez que algumas dúvidas ainda permanecem, principalmente, no tocante da existência ou não de

2225





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

uma organização escolar particular, específica e *peculiar* ao mundo rural, ou simplesmente elas foram alocadas nos espaços rurais. Parece que esses dois movimentos estão interligados, ora apresentando indícios da existência de uma escola com especificidades próprias, inclusive com caráter profissionalizante, ora com características urbanas, ou seja, igual nos seus conteúdo e práticas pedagógicas desenvolvida em qualquer outra escola, tais como os grupos escolares que procederam, não raras vezes, uma formação ampla, moralizante, cívica e patriótica, especialmente durante o Estado Novo.

Referências

- ARAÚJO, Henny Nayane Tavares de. **Princípios cooperativistas no espaço escolar paraibano (1938-1949)**. João Pessoa, PB: UFPB/CCHLA/CH. 2011. (monografia do Curso de Licenciatura em História).
- CITTADINO, Monique e SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. Estado Novo na Paraíba: Aspectos iniciais da Interventoria de Ruy Carneiro. In: CITTADINO, Monique e GONÇAVES, Regina Célia. **Historiografia em diversidade: ensaios de história e Ensino de história**. Campina Grande, PB: Universitária/UFCG, 2008. p.121-141.
- DANTAS, Mercedes. **A força nacionalizadora do Estado Novo**. Rio de Janeiro, DF: DIP, 1942. (Decenal da revolução brasileira).
- GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 9 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- HOBBSAWM, Eric. **Sobre história**. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1998.
- PEREIRA, Priscilla Leandro. **Experiências educacionais na Paraíba para o meio rural (1930-1937): ações civilizadoras, profissionalizantes e disciplinares**. João Pessoa, PB: UFBP/CE, 2010. (Monografia Curso de Pedagogia).
- PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. A era das escolas rurais primárias na Paraíba (1935 a 1960). In: SCOCUGLIA, Afonso Celso e MACHADO, Charliton José dos Santos (orgs). **Pesquisa e historiografia da educação brasileira**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. (Coleção memória da educação).
- SILVA, Vânia Cristina da. **Ó Pátria Amada, Idolatrada, Salve! Salve! Festas escolares e comemorações cívicas na Paraíba (1937-1945)**. João Pessoa, PB: UFPB/PPGH, 2011. (Dissertação de Mestrado em História).

Fontes:

- PARAÍBA, Estado da. **Jornal A União**. João Pessoa, 4 de Abril de 1941.
- _____. **Jornal A União**. João Pessoa, em 9 de Abril de 1941.
- _____. **Jornal A União**. João Pessoa, em 16 de Abril de 1941.
- _____. **Jornal A União**. João Pessoa, em 17 de Abril de 1941.
- _____. **Jornal A União**. João Pessoa, em 19 de Abril de 1941.
- _____. **Jornal A União**. João Pessoa, em 20 de Abril de 1941.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

- _____ . **Jornal A União.** João Pessoa, em 23 de Abril de 1941.
- _____ . **Jornal A União.** João Pessoa, em 25 de Abril de 1941.
- _____ . **Jornal A União.** João Pessoa, em 13 de Maio de 1941.
- _____ . **Jornal A União.** João Pessoa, em 17 de Maio de 1941.
- _____ . **Jornal A União.** João Pessoa, em 8 de Julho de 1941.
- _____ . **Jornal A União.** João Pessoa, em 19 de Julho de 1941.
- _____ . **Jornal A União.** João Pessoa, em 3 de Agosto de 1941.
- _____ . **Jornal A União.** João Pessoa, em 16 de Agosto de 1941.
- _____ . **Jornal A União.** João Pessoa, em 7 de Setembro de 1941.
- _____ . **Jornal A União.** João Pessoa, em 18 de Setembro de 1941.
- _____ . **Jornal A União.** João Pessoa, em 21 de Setembro de 1941.
- _____ . **Jornal A União.** João Pessoa, em 12 de Novembro de 1941.
- _____ . **Jornal A União.** João Pessoa, em 11 de Agosto de 1943.

